



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfcf@jfrj.jus.br

Processo nº 0500622-86.2019.4.02.5101 (2019.51.01.500622-6)
Autor: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
Réu: NAO IDENTIFICADO

JFRJ
Fls 2386

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
a(o) MM^(a). Juiz(a) da 7ª Vara Federal Criminal/RJ.
Rio de Janeiro/RJ, 02 de abril de 2019

FERNANDO ANTONIO SERRO POMBAL
Diretor(a) de Secretaria
(TRFPMP)

DECISÃO

Trata-se de denúncia oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em desfavor MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA; WELLINGTON MOREIRA FRANCO; JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO; OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA; JOSÉ ANTUNES SOBRINHO; CARLOS ALBERTO COSTA; MARIA RITA FRATEZI; e RODRIGO CASTRO ALVES NEVES todos qualificados na denúncia, atribuindo-lhes a prática dos delitos de corrupção e lavagem de capitais, veja-se:

Fato 1: MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, WELLINGTON MOREIRA FRANCO, OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA, JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO, MARIA RITA FRATEZI e CARLOS ALBERTO COSTA, teriam aceitado vantagem indevida paga por JOSÉ ANTUNES SOBRINHO, com auxílio de RODRIGO CASTRO ALVES NEVES, tendo incorrido **os primeiros** no delito de corrupção passiva, artigo 317, § 1º, do CP, na forma do artigo 71, c/c art. 327, § 2º, tudo do Código Penal, e os e **dois últimos**; em corrupção ativa, consoante artigo 333, parágrafo único, do Código Penal.

Fato 2: JOSÉ ANTUNES SOBRINHO, atuando como representante da empresa ENGEVIX; RODRIGO CASTRO ALVES NEVES, atuando como representante da empresa ALUMI PUBLICIDADES; JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO, MARIA RITA FRATEZI e CARLOS ALBERTO COSTA, atuando como representantes das empresas PDA PROJETO E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA, PDA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA e ARGEPLAN ARQUITETURA E



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfc@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 2387

ENGENHARIA LTDA; sob orientação de MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, WELLINGTON MOREIRA FRANCO e OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA, em tese, dissimularam capital, estando incurso no delito do artigo 1º, §4º, da Lei nº 9.613/98.

Instruem a denúncia os documentos de fls. 129/2382.

É o relatório. **DECIDO.**

De início, ressalto que já afirmei a competência dessa 7ª Vara Federal Criminal para o caso em tela, tanto pela **relação de conexão e continência com a ação penal derivada da denominada operação Radioatividade e seus desdobramentos, que tramitam ou tramitaram nesse Juízo**, quanto pela determinação do Supremo Tribunal Federal.

Não é demais repisar que o eminente ministro Luis Roberto Barroso determinou expressamente que os autos da PET 7810/STF (acordo de colaboração JOSÉ ANTUNES SOBRINHO), fossem remetidos a esta 7ª Vara Federal Criminal (autos nº 0500531-93.2019.4.02.5101).

Com efeito, no recebimento de denúncias há mero juízo de delibação, cabendo ao órgão jurisdicional apenas examinar a peça acusatória no que tange ao preenchimento dos requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, bem como verificar se há algum motivo para rejeitá-la, na forma do artigo 395, ou para absolver sumariamente o acusado, na forma do artigo 397, ambos do mesmo diploma legal.

Desse modo, é impróprio exigir-se, até para não comprometer a imparcialidade que se espera do órgão julgador, uma análise aprofundada da procedência da pretensão punitiva.

Trata-se, no caso, de supostos pagamentos de vantagens indevidas para os sujeitos citados, por meio de contratação pela empresa ALUMI PUBLICIDADE da pessoa jurídica PDA PROJETO E DIREÇÃO ARQUITETONICAS SC LTDA.

Segundo o órgão ministerial, SOBRINHO relatou em seu acordo de colaboração que, além do projeto de Angra 3 (indicados na ação penal nº 0500623-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@ifrj.jus.br

JFRJ
Fls 2388

71.2019.4.02.5101), há outra situação na qual CORONEL LIMA viabilizou o recebimento de vantagens indevidas direcionadas a MICHEL TEMER, com a intermediação de outro investigado que gozava de grande prestígio nos governos da União passados, o ex ministro MOREIRA FRANCO.

Assim, no **FATO 1**, o Ministério Público destaca que, em meados de 2013 e nos dias 17/10/2014 e 03/11/2014, por ao menos 3 (três) vezes, MICHEL TEMER; WELLINGTON MOREIRA FRANCO e OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA, em razão da condição de Vice-Presidente da República, de Ministro da Secretaria de Aviação Civil e de Presidente da Eletronuclear, respectivamente, solicitaram, com o auxílio de JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO, vantagem indevida a JOSÉ ANTUNES SOBRINHO, representante da pessoa jurídica Engevix.

Nessa linha, SOBRINHO com o auxílio RODRIGO CASTRO ALVES NEVES, atuando como representante da empresa ALUMI PUBLICIDADES, repassou, em tese, para a pessoa jurídica PDA PROJETO E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA, vinculada a JOÃO BAPTISTA LIMA FILHO, MARIA RITA FRATEZI e CARLOS ALBERTO COSTA, o valor de R\$ 1.091.475,50 (um milhão e noventa e um mil quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Tal conduta teria sido efetivada, em tese, por meio de contrato simulado de serviços pela empresa PDA PROJETO E DIREÇÃO ARQUITETÔNICA à empresa ALUMI PUBLICIDADES.

No que tange ao **FATO 2**, a exordial narra que, entre outubro e novembro de 2014, os mesmo sujeitos teriam, em razão do contrato fictício da PDA com ALUMI PUBLICIDADES, simulado serviços pela primeira pessoa jurídica e movimentado numerário, por meio de várias transferências bancárias, a fim de afastar da origem, bem como dissimular o capital ilícito recebido.

Com o fito de embasar suas alegações, o *parquet* colacionou aos autos inúmeros elementos de prova (quase duas mil e quinhentas folhas de documentos), que vão desde registros de ligações, mensagens eletrônicas, cópia do contrato de serviços, cópia das notas fiscais, comprovante de transferências bancárias, relatório da Receita



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfcrr@ifrrj.jus.br

Federal, Relatório Conclusivo do IPL 4621; até o termo de colaboração citado na exordial.

JFRJ
Fls 2389

Observo, portanto, que o órgão ministerial expôs com clareza os fatos criminosos e suas circunstâncias, fazendo constar a qualificação dos denunciados e a classificação dos crimes, o que atende os pressupostos contidos no artigo 41 do CPP e afasta a incidência do inciso I do artigo 395 do CPP.

A presença dos pressupostos processuais e condições da ação penal repele a ocorrência do disposto no inciso II do mesmo artigo.

Verifico, ainda, estarem minimamente delineadas a autoria e a materialidade dos crimes que, em tese, teriam sido cometidos pelos acusados, o que se afere do teor da documentação que instrui a exordial, razão pela qual considero haver justa causa para o prosseguimento da ação penal, rechaçando a aplicação do inciso III do mencionado artigo.

Assim, a presente ação deve ser admitida, porquanto ausentes as causas de rejeição, **razão pela qual RECEBO A DENÚNCIA.**

No que tange ao requerimento do MPF, às fls. 103/128, **encaminhe-se cópia da cota ao TRF da 2ª Região**, na forma requerida, a fim de instruir o HC n.º 0001253-64.2019.4.02.0000.

Encaminhem-se os presentes autos eletrônicos à SEDCR para que seja alterada a classe processual para 21011 – Ações Penais/Crimes de Lavagem de Dinheiro e contra o Sistema Financeiro Nacional (Provimento n.º T2-PVC-2012/00011, de 02/08/2012).

Proceda a Secretaria à/ao:

1. cadastramento, no Sistema Apolo, da tipificação penal, das datas dos crimes, das datas do oferecimento e do recebimento da denúncia, dos dados qualificativos dos denunciados e preenchimento da tabela única de assuntos (Ofício-Circular n.º T2-OCI-2010/00166, de 18/11/2010, e Provimento n.º T2PVC201000084, de 25/11/2010, ambos da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª. Região; e Resolução n.º 112, de 06/04/2010, do CNJ);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@ifrrj.jus.br

JFRJ
Fls 2390

2. cadastramento, no Sistema Apolo, de advogado porventura constituído em sede policial ou em procedimento administrativo originário;
3. cálculo da prescrição pela pena máxima cominada em abstrato, lavrando-se certidão;
4. solicitação da FAC dos denunciados e comunicação dos seus dados qualificativos ao IFP/RJ e/ou ao órgão de identificação de outro Estado, no caso do denunciado cuja identidade não haja sido expedida no Estado do Rio de Janeiro;
5. pesquisa pelos nomes dos denunciados na consulta de processos do sistema SINIC e inclusão ou atualização dos seus dados no Boletim de Identificação (BDI), se não possuir Registro Federal (RF), e no Boletim de Distribuição Judicial (BDJ);
6. registro no SNBA dos bens apreendidos, se for o caso.

Cumprido, citem-se os acusados, os quais deverão apresentar resposta à acusação no **prazo de 20 (vinte) dias**, na forma dos artigos. 396 e 396-A do CPP e observada a complexidade do caso, podendo, nessa oportunidade, arguir preliminares e alegar o que interessar à sua defesa, bem como oferecer documentos, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e informando seus respectivos endereços, ficando desde já ciente de que as meramente abonatórias deverão apresentar suas declarações por escrito, com as firmas devidamente reconhecidas, sob pena de indeferimento. Deverá, inclusive, a defesa justificar a necessidade da oitiva da testemunha para a formação da convicção do Juízo, uma vez que o indeferimento de determinadas provas não causa nulidade, porquanto cabe mesmo ao juiz realizar exame de admissibilidade e pertinência da produção de provas, afastando aquelas que sejam impossíveis de produzir, as impertinentes e as desnecessárias. (TRF2, 1ª Seção Especializada, ENUL 200051015007520, Des. Federal ABEL GOMES, 08/09/2009).

Na falta dos endereços e qualificações das testemunhas, o Juízo entenderá que estas comparecerão à audiência independentemente de intimação judicial. Ressalto que não serão deferidos requerimentos de apresentação/substituição de rol de testemunhas ou de produção de provas periciais formulados em momento processual



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfc@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 2391

distinto da resposta à acusação (item 3.4.1.1 do Plano de Gestão para o Funcionamento de Varas Criminais e de Execução Penal do CNJ).

O Ministério Público Federal fica responsável por trazer os colaboradores arrolados como testemunha pra audiência, bem como entrar em contato com seu procurador para informar a data marcada.

Deverão os citandos ficar cientes de que, se não possuírem condições financeiras para constituir advogado, deverão comparecer à Defensoria Pública da União - DPU (Rua da Alfândega, nº 70, Centro, Rio de Janeiro/RJ) a fim de realizar entrevista e receber orientações.

Cientifiquem-se, ainda, os acusados de que poderá ser decretada a sua revelia caso mudem de endereço sem comunicar ao juízo (artigo 367 do CPP).

Caso os acusados, regularmente citados, não apresentem resposta no prazo legal nem constituam defensor, certifique a Secretaria o ocorrido, remetendo os autos, em seguida, à Defensoria Pública da União, para que atue em sua defesa, nos termos do artigo 396-A, § 2º, do CPP, acrescentado pela Lei nº 11.719/2008.

Na hipótese de os advogados constituídos não apresentarem as respostas no prazo estipulado, intimem-se os acusados para que os inste a fazê-lo, ficando ciente de que, caso nada seja apresentado no prazo, a DPU será indicada para patrocinar a sua defesa.

Frustrada a citação pessoal e a citação com hora certa (artigo 362 do CPP), remetam-se os autos ao MPF, a fim de que diligencie junto aos órgãos conveniados com a finalidade de obter o endereço atualizado do citando (artigo 41 do CPP).

A Secretaria deverá expedir novos mandados ou cartas precatórias no caso de haver novas indicações de endereços em que não tenham sido realizadas diligências.

Após, voltem-me os autos conclusos, para verificação do disposto no artigo 397 do CPP.

Os procedimentos nº 0106644-36.2016.4.02.5101, 0100511-75.2016.4.02.5101, 0510926-86.2015.4.02.5101, 0500591-66.2019.4.02.5101; 0500595-06.2019.4.02.5101; 0500594-21.2019.4.02.5101 são **públicos**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@ifrj.jus.br

Mantenho o **segredo de Justiça** no processo n° 0500531-93.2019.4.02.5101 concedendo o **acesso às defesas**.

JFRJ
Fls 2392

Informo que para ter acesso aos processos sigilosos, as defesas devem indicar o advogado principal de cada réu, para fins de liberação do acesso e publicação das decisões e despachos, que deve estar cadastrado no site da Justiça Federal do Rio de Janeiro e indicar, **por petição, o seu CPF e indicar as folhas em que a(o) procuração/substabelecimento foi juntada(o)**. **As defesas devem juntar aos autos da ação penal as procurações outorgadas por seus clientes, ainda que já se encontrem juntadas a outros procedimentos vinculados.**

Desde já informo às defesas dos investigados que as mídias estão disponíveis em Secretaria para gravação, mediante requerimento por petição eletrônica nos autos, indicando as **folhas e/ou o termo de acautelamento** em que se encontra a mídia desejada, bem como as **folhas da procuração (ou substabelecimento)** do advogado que irá retirar a mídia gravada, devendo ser fornecida mídia nova e lacrada, tendo a Secretaria o prazo mínimo de 24 horas para a sua entrega.

Rio de Janeiro/RJ, 02 de abril de 2019.

(assinado eletronicamente)

MARCELO DA COSTA BRETAS
Juiz Federal Titular
7ª Vara Federal Criminal